

# CARRA

Democratização da comunicação é tema da coluna de **Ana Veloso** ▶ página 12



Mala Direta Postal  
Básica  
9912264199/2010-DR/PE  
SINDSEP/PE  
CORREIOS

# Falta de estrutura no Incra e na Fundaj

▶ páginas 6 e 7



**Abra o Olho** entra na campanha pela **regulação da mídia brasileira**

▶ páginas 10 e 11

## Brasília dá início à campanha salarial 2015 dos servidores federais

▶ páginas 5



**Sindsep-PE** comemora Dia dos **Aposentados**

▶ páginas 8 e 9

## Nossas reformas são estruturais, à esquerda

No dia 24 de fevereiro, a CUT e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) deram um importante passo em defesa da maior estatal brasileira, a Petrobras, e deram uma resposta clara à mídia e a setores à direita que vêm numa campanha de sangria à estatal com o intuito de privatizá-la. Nessa data, foi lançado, no Rio de Janeiro, o manifesto *Defender a Petrobras é defender o Brasil*, um documento que pede a apuração de denúncias envolvendo executivos da empresa, políticos e empreiteiras, mas que faz uma defesa incondicional à petroli-fera, a maior da América Latina.

Espera-se que o movimento em apoio à Petrobras seja o primeiro de uma série de outras mobilizações da sociedade civil em prol das conquistas sociais, das reformas populares, dos direitos trabalhistas e da democracia. O cenário atual é preocupante: Congresso Nacional reacionário, governo federal refém do Parlamento, mídia golpista que, ao lado de uma oposição sem escrúpulo, clama todo dia pelo impeachment de uma presidenta eleita democraticamente, nas urnas. O que fazer?

Primeiro, nós dos movimentos sociais - que vamos para o embate quando discordamos do governo, mas que também fomos decisivos no segundo turno para garantir a reeleição de Dilma e impedir o retrocesso com a volta do PSDB -, exi-



gimos respeito. Pedir impeachment é não aceitar o resultado das urnas. Portanto, os golpistas de plantão não passarão.

Por outro lado, a sociedade brasileira precisa estar alerta ao tipo de manobra realizada pela grande mídia. Há uma vontade explícita de satanizar o PT, responsável pelas grandes mudanças realizadas nesse país nos últimos 12 anos, e um esforço, desses mesmos meios de comunicação, de tratar outros escândalos de forma amena e diferenciada. Por exemplo: quem são os 2 mil ricos brasileiros com dinheiro no HSBC? Que partidos usaram desses mecanismos para esconder suas finanças? Como pode a cúpula da CPI da Petrobrás ter recebido dinheiro das empreiteiras?

Somos a favor das apurações doam a quem doer. E da punição a quem cometeu delitos. Agora, tentar jogar nosso povo contra a Petrobras, o BNDES, a CEF e outras gigantes empresas públicas do povo brasileiro é querer ludibriar os brasileiros e roubar a Nação.

Pela democratização da informatização e o fim do imperialismo midiático! Nós podemos dar um basta nisso e continuaremos na luta.

**Isac Santos**  
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE



## Orientação sobre imposto de renda no Sindsep-PE

Como nos anos anteriores, o Sindsep-PE está disponibilizando para seus associados o serviço contábil de orientação para declaração do imposto de renda. O atendimento para o Recife e Região Metropolitana acontece na sede do próprio sindicato, na Boa Vista, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Os servidores do interior do Estado também podem contar com a assessoria. Algumas cidades polos vão oferecer o serviço. Em alguns casos, o atendimento será na subseção do sindicato. Em outros, em escritórios contábeis. Os endereços desses polos estão disponíveis no site do sindicato ([www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)). O atendimento vai de 2 de março a 30 de abril.

# A poesia e a política na vida de José Mário Rodrigues

“Não descemos as montanhas rolando como pedras. Não cruzaremos as ruas de cabeça baixa. Não daremos a mão a corruptos e exploradores do povo. Somos como árvores fincadas no chão. Nossas raízes bebem as águas dos rios profundos e as transformam em seiva, rama, clareza e luta.” Esses versos - mais que apropriados para o momento em que o Brasil passa - são do poema *Luta*, um dos trabalhos do mais novo membro da Academia Pernambucana de Letras (APL), servidor federal e associado do Sindsep, José Mário Rodrigues, que traz à tona sua ligação com o duelo de classes.

Nascido na cidade de Flores, Sertão de Pernambuco, Rodrigues já é considerado um dos maiores nomes da poesia pernambucana. Poeta, jornalista e servidor da Sudene, começou a escrever aos 16 anos de idade, em Garanhuns, onde passou a sua infância e iniciou os estudos. Lá, publicou seu primeiro poema.

Foi em Garanhuns, em frente ao colégio Diocesano, que o hoje imortal foi preso pela primeira vez, em 1964, por atuar no movimento estudantil. Foi também naquela cidade que começou a tomar gosto pelo jornalismo. “O jornal *O Monitor* foi a minha primeira escola e a mais completa. Nela, aprendi a escrever, redigindo semanalmente poesias, crônicas, artigos e comentários sobre livros”, lembrou.

Depois viria o Recife. E com a cidade, novas amizades. No Recife, José Mário Rodrigues passou a integrar a *Geração de 65*, um dos mais importantes movimentos literários do Brasil. Ao lado dele estavam nomes como os de Alberto Cunha Melo, Jaci Bezerra, Tarcísio Meira César, Sérgio Albuquerque, Arnaldo Tobias, Marcus Acioy, Lucila Nogueira e Raimundo Carrero.

Na capital pernambucana, o poeta dividia seu tempo entre os escritos, os estudos e o movimento estudantil. Ingressou no curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde passou a atuar no Diretório Acadêmico e voltou a ser preso em 1968, junto com cerca de 100 estudantes. Todos acabaram sendo liberados um dia depois, sob ordem do então governador Nilo Coelho. Rodrigues deixou o curso de Letras e ingressou em Direito, também da UFPE.

### Poema

#### PRIMEIRO MOTIVO

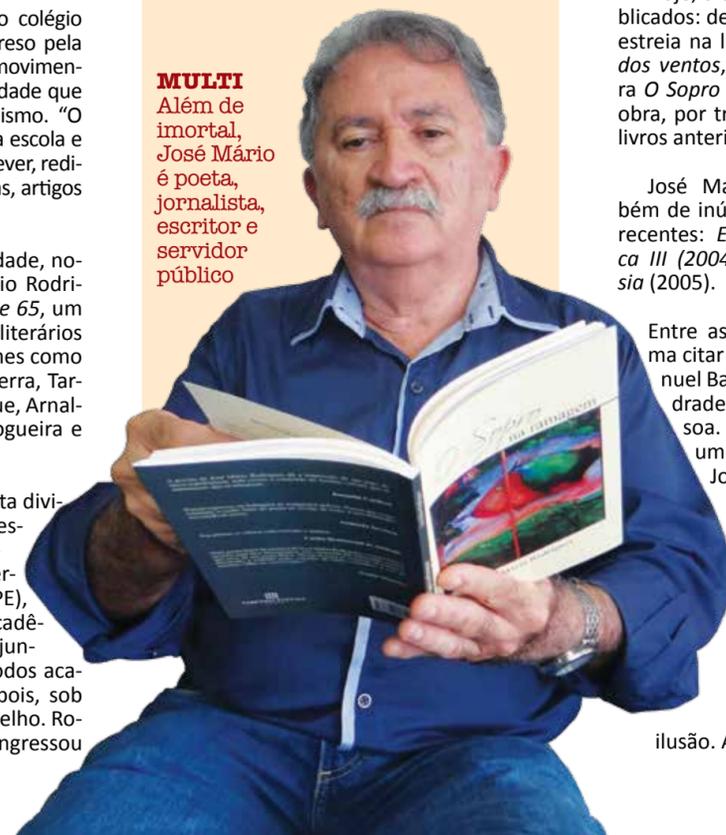
Sou o que necessita da palavra  
Sobretudo a que entre nuvens e dúvidas  
emudece.

Sou o que necessita  
de ouvir o som  
retido  
no espaço que vai do meu corpo  
ao teu corpo.  
Sou o que vim da montanha.  
Entre ir e vir  
há uma distância apenas imaginária.

De vez em quando se repete em mim  
o abismo que construímos  
para nos condenarmos  
e mesmo assim  
sou o que necessita da palavra  
frágil ou farsa  
som que me açoite e me incendeie.

### MULTI

Além de imortal, José Mário é poeta, jornalista, escritor e servidor público



### SUDENE

Em 1972, passou a integrar o quadro da Sudene, sendo um dos sócios fundadores do Sindsep-PE. “Todo servidor público deveria ser sindicalizado. O sindicato nos representa e luta pelos nossos direitos”, defendeu.

Paralelamente à vida de servidor público, José Mário Rodrigues continuou centrando suas energias na produção literária. Na década de 1980, integrou o grupo de *Poesia Falada do Recife*, que inaugurou uma forma nova de dizer poesia. “A gente teatralizava o poema. Eu participava do grupo com Roberto Pimentel, Alan Sales, Izabel Marques, Anderson Duarte e alguns músicos. Os espetáculos mais comentados foram *Uma Canção Sem Terra* e *Bandeira Estrela da Vida Inteira*. Acho que 90% das músicas eram minhas”, destacou.

Hoje, o escritor conta com onze livros publicados: dez de poesia e um de crônica. Sua estreia na literatura foi com o livro *Estação dos ventos*, 1973. No entanto, ele considerava *O Sopro na Ramagem*, 2013, sua melhor obra, por trazer a essência de cada um dos livros anteriores.

José Mário Rodrigues participou também de inúmeras coletâneas. Entre as mais recentes: *Estação Recife*, *Coletânea Poética III (2004)* e *Pernambuco, terra da poesia (2005)*.

Entre as suas influências, o autor costuma citar Augusto Frederico Schmidt, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e Fernando Pessoa. Em breve, o escritor irá lançar um livro com crônicas publicadas no Jornal do Commercio.

Em 2014, ao ocupar a cadeira de número 30 da APL, José Mário Rodrigues teve a sua trajetória mais uma vez reconhecida. “A APL reúne pessoas envolvidas na produção e divulgação da cultura. Acho muito importante porque soma forças. Mas a imortalidade é uma ilusão. A única coisa imortal é o momento em que vivemos.”

## CHARGE SAMUCA



## ATENÇÃO



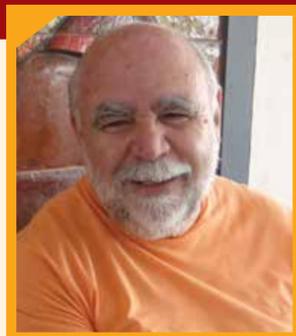
## EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco  
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista  
CEP 50.050-200 Recife – PE  
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839  
Home: [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)  
e-mail: [sindsep@sindsep-pe.com.br](mailto:sindsep@sindsep-pe.com.br)  
[imprensa@sindsep-pe.com.br](mailto:imprensa@sindsep-pe.com.br)

Coordenação Geral  
Maria das Graças de Oliveira  
Secretaria Geral  
José Carlos de Oliveira  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
Isac dos Santos Neto,  
Sérgio da Silva Goiana  
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição  
Fabiola Mendonça  
Texto  
Fabiola Mendonça (DRT-2506),  
Deyse Lemos (DRT 3909),  
Alexandre Yuri (DRT 2942)  
Revisão Mª de Lourdes  
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação  
Ilustrações Samuca  
Projeto gráfico, capa e diagramação  
Karla Tenório (DRT-2468)  
Impressão CCS  
Fone: 3458.0000  
Tiragem 14.000 exemplares



# O modelo político brasileiro

Sempre foi uma das principais obsessões dos cientistas políticos no Brasil definir o modelo político brasileiro. Desde o século 19, com as reflexões de Tavares Bastos sobre a “miséria política brasileira”, passando por Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, até chegar na reflexão de um Oliveira Vianna contrapondo o “Brasil real” ao “idealismo da Constituição” e defendendo uma modalidade de “autoritarismo instrumental”, a “ratio” desse modelo angustia muita gente boa. Bóris Fausto fala de um “bonapartismo de esquerda” em relação à Revolução de 1930. Fernando Henrique Cardoso, ao “bonapartismo de direita”, em relação ao golpe militar de 1964. O que seria, hoje, esse modelo?

A primeira consideração a fazer é que ele se caracteriza pela mais improvável das engenharias políticas já criada no mundo da Ciência Política: um Presidencialismo multi/pluri-partidário (hoje são 34 legendas, com 27 delas representadas no Congresso. O Ministério da presidenta Dilma tem dez partidos), sem instituições que façam a intermediação - em momento de crises - entre o Executivo e o Legislativo. Esta complicada engenharia institucional submete, periodicamente, a vontade política do presidente a uma difícil e pesada negociação com os chefes desses partidos, no intuito de garantir a chamada governabilidade da gestão.

Naturalmente, o método de “dialogar” com esses próceres é através do mais crasso fisiologismo, o troca-troca, que se expressa no loteamento da gestão (com ou sem porteira aberta), embaraçando muitas vezes a ação administrativa em cada um dos âmbitos

“O Legislativo brasileiro lesa em causa própria ou chantageando o governo”

cimento econômico baixo, inflação, aumento de juros, aumento da carga tributária e das tarifas de serviço público -, mais o modelo político torna-se importante para a presidenta. Afinal, a chamada classe política não apita, nem manda nessas intrincadas questões. Ela troca ou vende seu apoio, sem questionar as medidas tomadas. Ou por pura incompetência ou por omissão.

Não se espere do Legislativo brasileiro, salvo raríssimas exceções, contribuição para a crise econômica que vivemos hoje. Ele vive no mundo da lua, legislando em causa própria ou pensando na melhor forma de chantagear o Executivo.

A isso, vem se somar o clima de denúncias e apurações sobre o propinoduto da Petrobrás. Fevereiro é o mês em que o ministro-relator desse processo, no STF, deve anunciar o nome dos parlamentares, vivos e mortos, com ou sem mandato, envolvidos no desvio de dinheiro público da estatal. Como é muito provável que muitas dessas imputações criminais irão manchar a honra de políticos integrantes da base governista, o modelo político já descrito torna-se da mais alta importância. A forma de imunização da responsabilidade política do Executivo e seus aliados é através do aliciamento por meio de cargos, verbas, indicações, obras etc.

O circo dos horrores republicanos começa a se montar. As criaturas - algumas já desaparecidas deste mundo - serão apresentadas à opinião pública, juntamente com as suas façanhas, seus lanças, suas falcatruas, e começará o espetáculo dos embargos declaratórios, infringentes etc e tal. De toda maneira, o espetáculo não pode servir de catarse ou sublimação da indignação pública. Dessa vez, é preciso mais do que isso. ◀

de competência dos ministérios. Veja-se, por exemplo, o que se passa com o Ministério de Minas e Energia, entregue a um ex-governador do Amazonas, ligado ao PMDB. Depois de vários anos ocupado por um dos prepostos da oligarquia Sarney, o Ministério foi dado a um político do Norte, em troca do apoio do maior partido do Congresso.

Como era de se esperar, a falta de planejamento, investimentos, fiscalização das obras de geração e distribuição de energia foi amplamente prejudicada no país, pelo modelo político vigente. E nada garante que algo vai mudar.

Quanto mais avança o desenho da política econômica do segundo mandato da presidenta Dilma - corte nos gastos públicos, ajuste fiscal, retração e encarecimento do crédito, cres-

## PELO MUNDO

### Peruanos vão às ruas e Congresso revoga lei

Os trabalhadores (jovens) peruanos deram um exemplo de organização para o mundo. Ocuparam as ruas e fizeram o Congresso do Peru recuar da Lei Trabalhista Juvenil, aprovada recentemente, cujo objetivo era flexionar os direitos trabalhistas para as empresas que contratassem jovens entre 18 e 24 anos. A Lei desobrigava as empresas a pagar salário mínimo, reduzia as férias para 15 dias anuais, não dava o direito de folgas e férias remuneradas, negava o direito à licença maternidade às grávidas, entre outros absurdos.

### Mulher vai comandar parlamento boliviano

Enquanto no Brasil, os deputados federais escolhem um dos parlamentares mais reacionários para presidir a Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), na Bolívia, a deputada Gabriela Montañó foi eleita presidenta da Câmara de Deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP). A parlamentar é aliada do presidente Evo Morales e foi eleita pela maioria absoluta: 126 votos de um total de 130 deputados. Além disso, nas últimas eleições, as mulheres conquistaram 48% dos assentos do parlamento boliviano.

# Campanha salarial dos federais lançada em Brasília

Aproximadamente mil pessoas participaram do lançamento nacional da Campanha Salarial Unificada 2015 dos servidores federais, no dia 25 de fevereiro, em Brasília. Um ato público foi realizado em frente ao Ministério do Planejamento para forçar uma audiência com o ministro da pasta, Nelson Barbosa, para apresentar a pauta de reivindicações da categoria.

Infelizmente, os servidores não foram recebidos pelo ministro porque ele estava viajando. A Condsef e as demais entidades que compõem o Fórum Nacional da categoria tentaram então uma reunião com o secretário de Gestão Pública, Genildo Lins, responsável pela parte de pessoal. Ele estava no prédio do Ministério do Planejamento, mas não atendeu os manifestantes.

Quem se disponibilizou a receber os servidores foi o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça. No entanto, as entidades não aceitaram se reunir com ele. “A Secretaria de Relações do Trabalho já é subordinada à Secretaria de Gestão Pública. Pela experiência que temos nas negociações passadas, Mendonça não tem autonomia para tomar decisões”, explica o secretário geral da Condsef, Sérgio Ronaldo.

Por fim, sem conseguir convencer os servidores, representantes do Ministério do Planejamento agendaram uma reunião da categoria com o ministro Nelson Barbosa, no dia 20 de março próximo. Para a Condsef e demais entidades nacionais da categoria, a data é muito distante. “Vamos tentar antecipar essa reunião. Queremos uma data mais próxima”, enfatiza Sérgio Ronaldo. O secretário geral da Condsef explica que as negociações costumam demorar e quanto mais cedo elas se iniciam, melhor.

No mesmo dia em que se lançou nacionalmente a campanha salarial, em Pernambuco as entidades que representam a categoria se reuniram na sede da CUT. O Fórum Estadual dos Servidores Federais, composto pelo Sindsep, Sintrajuf e Sindsprev, tomou alguns encaminhamentos em nível estadual. Ficou aprovada a realização de um ato público no dia 20 de março, na mesma data em que o Fórum Nacional dos Servidores Federais tem audiência marcada com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.



ATO PÚBLICO Servidores se concentraram em frente ao Planejamento

## Eixos da Campanha 2015

- ▶ Política salarial permanente com correção das distorções, reposição das perdas inflacionárias e índice linear de 27,3%
- ▶ Data-base 1º de maio
- ▶ Direito de negociação coletiva
- ▶ Paridade entre ativos e aposentados
- ▶ Retirada dos projetos do Congresso que atacam os servidores e aprovação das propostas de interesse dos servidores
- ▶ Isonomia salarial e de benefícios entre os poderes
- ▶ Anulação Reforma da Previdência e extinção do fator previdenciário
- ▶ Incorporação de todas as gratificações
- ▶ Fim da terceirização e abertura de concurso público
- ▶ Combate a toda forma de privatização
- ▶ Aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- ▶ Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial
- ▶ Aprovação de aposentadoria integral por invalidez
- ▶ Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo às promoções e às progressões na carreira
- ▶ Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH

## Asnab barra discriminação na Conab

No dia 19 de fevereiro, a Associação Nacional dos Trabalhadores da Conab (Asnab) conseguiu impedir que a direção da empresa pública votasse um reajuste extraordinário e exclusivo aos níveis médio e superior do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), de 2009. Os empregados querem discutir esse aumento na base e não admitem que a proposta beneficie apenas uma parcela dos funcionários, uma minoria, por sinal.

O reajuste sugerido pela direção da Conab só iria beneficiar 922 funcionários, deixando 3.809 de fora. Entre eles, os servidores do nível auxiliar do PCCS de 2009 e todos os integrantes do Plano de Cargos e Salários (PCS), de 1991. “Esse reajuste seria discriminatório”, ressaltou Valdir Ferreira da Silva, da Asnab Pernambuco. Ele conta que, ao tomar conhecimento da reunião de diretoria para tratar do aumento extraordinário, a Associação entrou em contato com o presidente nacional da Conab, Rubens Rodrigues, explicou toda a situação e o gestor acatou a solicitação dos trabalhadores. ◀

# No Incra, falta pessoal e sobra descaso com reforma agrária

Pernambuco é hoje um dos quatro estados brasileiros com o maior número de conflitos agrários. Depois do Pará e Paraná, o Estado briga pelo terceiro lugar com a Bahia. Atualmente, conta com cerca de 200 acampamentos com 22 mil famílias que buscam uma área de terra para plantar e contribuir com a economia local. Mas a conquista pela posse de terra não é fácil. Em média, os acampamentos pernambucanos possuem cerca de dez anos de existência. O mais antigo deles, o Engenho Bonito, em Condado, atinge a sua maioridade no próximo dia 21 de abril, quando completará 18 anos.

Apesar de Pernambuco possuir duas superintendências do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), em Recife e Petrolina, o Estado estaria acumulando a pior gestão em metas de desapropriação de terra e aplicação de crédito no país. Isso segundo o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco (MST-PE), Jaime Amorim.

“É um enorme atraso. O Incra precisa ser renovado para operar metas. O órgão necessita de uma melhor gestão, maior qualificação de seu quadro e investimentos em equipamentos modernos”, destacou Jaime Amorim. Segundo o dirigente do MST, o Incra de Pernambuco sempre sofreu com uma má gestão. “É o único órgão brasileiro que tem em seu quadro funcionários e gestores que são contrários à tarefa maior do próprio órgão, que seria a de fazer a reforma agrária”, grifou.

O Incra é uma autarquia federal criada em 1970. Atualmente, está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. O diretor da Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Assincra), Renato de Farias Maciel, discorda de Jaime Amorim. Segundo ele, a grande maioria dos funcionários do Incra é a favor da reforma agrária, mas encontra uma série de empecilhos pela frente. O primeiro seria o reduzido quadro de funcionários.

O Incra pernambucano possui um total de 291 ativos efetivos, 54 terceirizados e 21 cargos comissionados para atender a uma área de mais de 98 mil quilômetros quadrados, um pouco menor que a Coreia do Norte.



**ENTRAVE**  
Para Renato Maciel e Orlando Marinho, a burocracia e a perda de prazo comprometem o trabalho do Incra. O órgão está contratando empresas para dar assistência técnica nas vistorias

## BUROCRACIA

Outro fator a dificultar o avanço da distribuição de terra seria a burocracia. “Quando os movimentos sociais encontram uma terra improdutiva, denunciam ao Incra. Vamos até lá e realizamos uma série de vistorias que levam cerca de dois meses. Em seguida, tem o trabalho de escritório que leva mais uns dois meses. Depois, encaminhamos todos os documentos para Brasília. Aí é que começa a grande demora”, disse Renato.

Segundo o servidor, depois que chega em Brasília, um processo leva seis meses até chegar à Presidência da República, para que seja assinado, mesmo tempo de prescrição da vistoria feita nas terras. Depois da assinatura presidencial, os técnicos locais devem realizar a avaliação para identificar o valor da terra. Em seguida, a emissão de posse é realizada pela Justiça Federal.

“Em muitos casos, esse processo todo leva mais de um ano e temos que recomçar o trabalho de vistoria. E depois de tudo concluído, se o proprietário da terra não concordar com a desapropriação, ainda pode ingressar na Justiça”, destacou Renato.

Para a ex-diretora do Sindsep-PE e aposentada do Incra, Vilma Maria, também falta muita vontade política e compromisso. “A reforma agrária não avançou mais em Pernambuco, além da falta de vontade política, por causa dos dirigentes plantonistas indicados por partidos políticos e o seu corpo técnico e administrativo, sem nenhum compromisso com a reforma agrária”, disse.

Segundo ela, o Incra também foi enfraquecido ao longo das últimas décadas, por falta de concurso público, valorização dos servidores e a retirada de atribuições do órgão. Mas os defensores da reforma agrária acreditam em uma melhora. O diretor da Assincra e do Sindsep-PE, Orlando Marinho, informou que o Instituto está contratando empresas para dar assistência técnica nas vistorias de terra. Em Pernambuco, já são 13 empresas contratadas que deverão agilizar o processo.

O MST apresentou uma pauta à presidenta Dilma para que todas as 90 mil famílias acampadas no Brasil sejam assentadas em 2015. ◀◀

# Fundaj entre a pesquisa e o ensino

Antiga referência em pesquisa científica da região Nordeste, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) andou perdendo um pouco do seu brilho. Criada em 1949, a Fundaj passou a desenvolver uma série de pesquisas sociais, culturais, econômicas, antropológicas e geográficas ao longo de sua história. No entanto, nas últimas décadas, a instituição passou a ser reconhecida mais como produtora e divulgadora cultural, por meio da Massangana Multimídia e do Cinema da Fundação, do que como uma entidade de pesquisa.

Recentemente, a Fundaj passou por uma reformulação e começou a investir no ensino. Desde 2013, a instituição está oferecendo um mestrado de dois anos em sociologia, para professores do ensino médio, ministrado por pesquisadores da própria Fundação. A Fundaj também implantou, em 2014, em parceria com Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), outro mestrado em Educação, Cultura e Identidade. Entre os professores, 50% são da Fundaj e o restante da Rural.

A mudança do perfil da instituição consta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que ficou pronto no final de 2014. Um projeto que traça os rumos da entidade até 2019, quando ela completa 70 anos. Como a Fundaj é ligada ao Ministério de Educação, pretende alinhar a instituição ao Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, a pesquisadora Janirza da Rocha Lima, presidente da Associação dos Empregados da Fundaj (Asin), é contrária às mudanças.

“A Fundaj foi criada como uma instituição de pesquisa para dar resposta à sociedade para vários problemas encontrados nas mais diversas áreas. E, por muitos anos, cumpriu o seu papel com uma produção farta. Mas, nos últimos anos, a produção teve uma queda, mesmo existindo um grande número de problemas a serem solucionados na sociedade atual”, destacou.

Segundo Janirza, hoje existem 52 pesquisadores na ativa. “A área de pesquisa vem sendo esvaziada. E não é por insuficiência de recursos. Porque a Fundaj devolve recursos ao governo federal por falta de uso. É por falta de prioridade mesmo”, informou.

## FALTA DE PESSOAL

Para garantir a remodelação na estrutura prevista pelo PDI, a Fundaj precisa ampliar o seu quadro pessoal. A fundação conta com 283



**JEMUEL** “O quadro da Fundaj está muito defasado”



**JAIME** “Terceirização nunca foi solução para o serviço público”



**JANIRZA** “A pesquisa vem sendo esvaziada. A Fundaj devolve recurso ao governo”

servidores ativos, 53 cargos comissionados e 147 estagiários. No último concurso, aberto em 2006, a instituição recebeu apenas 22 pesquisadores. “O quadro está muito defasado”, pontuou o diretor do Sindsep-PE e assistente de C&T da Fundaj, Jamuel Nunes Alves.

Como solução, a Fundação vem contratando um número cada vez maior de terceirizados. Atualmente, ela conta com 232 terceirizados. “A terceirização nunca foi solução para o bom desempenho do serviço público e o bom atendimento à sociedade”, observou o diretor do conselho fiscal do Sindsep-PE e assistente de C&T, Jaime Vieira Ramos.

Para solucionar o problema de pessoal, a Fundaj solicitou autorização do Ministério da Educação para abertura de um concurso público para o preenchimento de 170 cargos efetivos que se encontram vagos. A Fundação aguarda resposta.

O PDI prevê ainda a criação de quatro diretorias, que terão como missão tornar o acervo de pesquisas e documentos da instituição mais acessível ao grande público - disponibilizando-os por meio de um novo site -, e ampliando programas e ações que fortaleçam e deem mais qualidade ao ensino médio nacional, além de criar uma interlocução entre a entidade e as universidades. ◀◀

# Núcleo dos Aposentados com nova coordenação



**SAFIOS**  
RESPECTIVAS  
as de luta para 2015/2016

Nos dias 29 e 30 de janeiro foi realizado, na sede do Sindsep-PE, o XI Seminário Estadual dos Aposentados e Pensionistas. O evento reuniu dezenas de filiados da capital e do interior para definir estratégias de luta do segmento para os próximos dois anos. Na ocasião foi eleita a nova coordenação do grupo que, em princípio, ficará à frente da representação de base até 2017 (veja arte ao lado).

Em 2015, o Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE poderá sofrer alterações. Ficou decidido durante o seminário que o regimento interno da representação de base será revisto na próxima plenária estatutária do sindicato, prevista para acontecer este ano.

## ENCAMINHAMENTOS

Durante os dois dias de seminários, os aposentados e pensionistas presentes se dividiram em quatro grupos e formularam propostas que devem ser trabalhadas pela nova coordenação ao longo do mandato. Foi unânime entre os presentes a necessidade de reforçar a mobilização dos colegas para que essa parcela de filiados esteja mais próxima do sindicato. Para tanto foram feitas algumas sugestões, entre elas, a ampliação do número de eventos de formação e lazer.

## HOMENAGEM

Na abertura do seminário foi feita uma homenagem ao ex-coordenador do Núcleo, Joaquim Miguel Filho, um líder histórico do Sindsep, que faleceu no dia 1º de janeiro deste ano.

## Nova composição do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas

### Coordenação de Articulação

Laércio Vicente da Silva  
Ana Estrela de Oliveira Rodrigues

### Coordenação de Secretaria

Ana Maria Melo da Silva  
José Holanda da Silva

### Coordenação de Defesa dos Direitos Jurídicos

Nadja Urt Almeida de Moraes  
Carolina Barbosa da Silva  
Edelson Ramos de Andrade

### Coordenação de Divulgação e Intercâmbio

Maria das Dores Chalegre  
Amaro Dias de Araújo  
Eveir Vieira Cupertino

### Zona da Mata

Severina Soares de Melo  
Vitória de Santo Antão  
Zuleide Nascimento de Melo **Ribeirão**

### Zona do Agreste

Maria do Carmo Alves da Silva  
Belo Jardim

Joaquim Bernardino Leite **Garanhuns**  
Wandeburgo Gonçalves Cavalcante  
Caruaru

### Zona do Sertão

Aurília Ramos de Andrade Novaes  
Salgueiro  
Vanda Maria Cunha de Melo  
Petrolina



**DESAFIOS** Economista falou sobre cenário atual

## Tânia Bacelar aborda a conjuntura nacional e aponta caminhos

*Desafios e Perspectivas no Brasil atual.* Esse foi o tema tratado pela economista Tânia Bacelar durante palestra na manhã do dia 30 de janeiro, no XI Seminário dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep. Além de traçar um histórico sobre a realidade econômica brasileira, a palestrante destacou o cenário econômico, internacional e nacional atual e as previsões para o futuro.

Segundo ela, o mundo passa por uma grande crise que, a partir de 2013, começou a bater mais forte nos países em desenvolvimento como o Brasil e a Rússia. Com isso, o consumo brasileiro e os investimentos começaram a cair, enquanto a inflação começou a subir. Ela lembra que o governo chegou a baixar as taxas de juros para 7,25% em 2012, mas os empresários não investiram na indústria nacional, o que fez com que as taxas tivessem que ser elevadas novamente.

No ambiente mundial e nacional, a hegemonia do setor financeiro continua extremamente forte. Enquanto o Brasil gasta 45% do PIB com a dívida pública, pagando juros altos aos investidores que compraram os títulos públicos, o gasto com pessoal é de apenas 9% e de investimentos, 7%. No entanto, a economista destaca que existem alternativas para se promover o ajuste fiscal sem atingir o trabalhador. “Existe outra pauta de ajuste. Há a possibilidade de taxação das grandes fortunas e de retorno do CPMF, que é um imposto gradual a depender do poder aquisitivo das pessoas” argumentou a economista. ◀

## Palestras sobre organização sindical e políticas públicas

A primeira palestra do XI Seminário Estadual dos Aposentados e Pensionistas foi proferida no primeiro dia de evento (29 de janeiro) pela coordenadora do Sindsep, Graça Oliveira. Ela falou sobre a importância da organização sindical e apresentou o histórico da luta sindical em Pernambuco, a partir do final da década de 80, quando o Sindsep-PE foi fundado. Aproveitando a oportunidade, a sindicalista ressaltou aos presentes a importância da organização da categoria na atualidade e convocou todos à luta.

A diretora de políticas públicas do Sindsep, Lindinere Ferreira, fez uma palestra onde apresentou um histórico das políticas públicas no Brasil relacionadas à saúde dos idosos. Ela destacou a Lei Eloy Chaves, publicada em 1923, que consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias.

Landinere também lembrou da Constituição Federal de 1988, que determinou que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade. Ela falou, ainda, sobre a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que propôs a elaboração de uma política global de assistência à pessoa idosa.



**PARTICIPAÇÃO** Público atento acompanhou as palestras

# Abra o Olho arrasta multidão com animação e muito frevo

Na Sexta-feira Gorda, 13 de fevereiro, o Sindsep-PE colocou mais uma vez nas ruas o *Abra o Olho*. Este ano, o tema do bloco foi *Que mírdia é essa, Brasil?*, uma crítica à concentração midiática no país. Mesmo com alguns contratempos provocados pela Prefeitura do Recife, o desfile da agremiação carnavalesca foi um sucesso e arrastou multidão por onde passava, ao som do frevo e com direito a bonecos gigantes, rei momo e rainha do carnaval.

O *Abra o Olho* foi um sucesso desde a concentração, na sede do sindicato, que começou por volta das 14h. No local foi oferecido o serviço de bar e uma maquiadora estava disponível para fazer pinturas nos foliões. No aquecimento também foram distribuídos preservativos, numa iniciativa da diretora de base da Zona da Mata Sul e servidora do Ministério da Saúde, Carmem Santana.

O standart do bloco saiu da sede do sindicato em direção à avenida Conde da Boa Vista por volta das 17h. Durante o desfile, figuras ilustres fizeram a alegria de todos. Entre elas, Laércio Aquino, servidor aposentado do Dnocs, conhecido como o homem da cobra. Vânia Avelar, servidora do Iphan, também foliã de carteirinha do *Abra o Olho*, que todos os anos traz uma fantasia crítica e irreverente, além de Sérgio Luís Barbosa, da SFA, que trouxe ainda mais animação para o desfile.

Este ano, o bloco foi palco de uma comemoração para lá de especial. Conceição Machado e Amauri Correia Lins, ambos pensionistas da Funasa, completaram um ano de relacionamento. Eles começaram a namorar no *Abra o Olho* de 2014. “Já nos conhecíamos há muito tempo. Somos do mesmo interior (Palmares). Mas foi no ano passado que eu cantei para ela ‘bora comigo’ e ela disse ‘vamos’”, conta Amauri.

## CONTRATEMPOS

Infelizmente, no desfile do bloco, ocorreram alguns contratempos. A Prefeitura do Recife não interditou o trânsito, como deveria ter feito. O diretor de Promoção Cultural, Ricardo Rocha, conta que o sindicato pagou todas as taxas necessárias para colocar o bloco nas ruas. “Pagamos uma taxa pela ocupação do solo e outra para os músicos poderem tocar. Além disso, pagamos por cada veículo que colocamos na avenida. Fizemos a nossa parte. Infelizmente, a Prefeitura não fez a parte dela”, critica o sindicalista.

## IRREVERÊNCIA

A animação tomou conta das ruas do Recife. O rei e a rainha do carnaval abrilhantaram ainda mais a festa.



**CONCENTRAÇÃO** Muita gente chegou cedo à sede do Sindsep para o aquecimento

## Que mírdia é essa, Brasil? foi o tema do bloco

O *Abra o Olho* nasceu com a missão de conscientizar, não só os servidores, mas a sociedade de um modo geral, sobre os problemas que estão na ordem do dia. Todo ano a agremiação traz um tema diferente. Em 2015, foi a vez de despertar para a democratização da comunicação no país.

Atualmente, os principais veículos de comunicação estão nas mãos de poucos conglomerados, que atendem os interesses do capital. Com essa concentração midiática, as empresas de comunicação pautam a sociedade de forma equivocada, criminalizando ideais progressistas e movimentos sociais.

A proposta da ala mais à esquerda da sociedade é lutar pela democratização da comunicação, que passa pela criação de um marco regulatório. Do jeito como estão organizados esses conglomerados de comunicação, eles infringem a legislação que rege a radiodifusão brasileira. Infelizmente, até o termo democratização da comunicação, a grande mídia tenta criminalizar, dizendo que ele vai de encontro com a liberdade de expressão. No entanto, uma coisa não anula a outra. A ideia de democratizar é para justamente permitir que haja pluralidade e diversidade de informação.

## O Sindsep defende a democratização da comunicação e repudia a concentração midiática no Brasil

### MENSAGEM

Com o tema *Que mírdia é essa, Brasil?*, o *Abra o Olho* deixou sua mensagem no carnaval 2015. “A mídia não pode ser um partido político. Não pode julgar. Parece que estamos vivendo uma ditadura da mídia”, dispara a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira. O secretário geral do sindicato, José Carlos de Oliveira, enfatiza: “Somos contra a manipulação da consciência”. O também diretor do sindicato, Fernando Lima, está otimista. “Espero que até 2018 o atual governo promova as reformas necessárias, a midiática e a política”. ◀



# Em defesa de uma lei de mídia democrática

O artigo 223 da Constituição Federal de 1988 prevê a complementaridade entre os sistemas de comunicação no Brasil. Significa dizer que, segundo a Carta Magna, as programações e estruturas dos sistemas públicos, privados e estatais do setor deveriam atuar de modo a atender a sociedade. Ocorre que, no país, o sistema privado (que, por princípio, na radiodifusão, deveria servir ao interesse público) é hegemônico, abarcando quase 80% de todas as emissoras de televisão e de rádio. Para além do descumprimento da norma legal, a situação configura um quadro extremamente assimétrico, composto e controlado por ínfimos grupos que exercem seu poderio livremente, sem regulação por parte do Estado.

Só para se ter uma ideia do tamanho da concentração, dados do mercado de rádio (entre 2010/2011) demonstravam que quase 80% das emissoras comerciais brasileiras estavam sob o domínio de políticos, religiosos e empresários alinhados com esses dois segmentos, algo altamente preocupante para o exercício da democracia. Já um estudo dos pesquisadores Venício Lima e Cristiano Lopes, realizado junto a 2.205 emissoras comunitárias legalizadas, entre 1999 e 2004, revelou que quase 50% delas tinham vínculo político e 5,4% estavam sob o controle de religiosos.

Desse modo, quando traçamos o cenário da radiodifusão brasileira, percebemos o quanto a formação de oligopólios de conteúdo, a primazia de poucos grupos (inclusive religiosos) na produção e transmissão de

“ Quase 80% das emissoras comerciais estavam sob o domínio de políticos, religiosos e empresários alinhados com esses dois segmentos ”

informações e a propriedade cruzada têm sido nefastas para esse campo social. Diante dessas constatações, a exigência de um novo marco regulatório deve responder às demandas colocadas em pauta pela sociedade e promover uma reorganização do conjunto dos serviços de comunicações no país. Poderá, ainda, tirar o Brasil “da vanguarda no atraso” na América Latina, como bem define o professor Dênis de Mores, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

As iniciativas em curso, praticadas por alguns governos da região, que estão implementando políticas de regulação democrática da mídia, configuram

um salto rumo ao fortalecimento de um nicho que se pode traduzir num maior ecletismo de produções e de veículos (com o incentivo à equidade entre os campos público, privado e estatal). Além disso, representam ampliação de fontes de informação e maior circulação de uma diversidade de conteúdos elaborados pelos movimentos sociais (que não têm suas pautas expostas nas coberturas da imprensa comercial).

Estamos tratando, aqui, de um tema essencial para a nossa vivência em uma sociedade mais solidária, igualitária e crítica. Portanto, o fortalecimento dos movimentos de resistência à concentração e aos oligopólios existentes na radiodifusão representa um dos passos para a necessária reestruturação do sistema brasileiro.

E é justamente isso que o Fórum Pernambucano de Comunicação e diversas entidades do Nordeste estão querendo estimular com a realização, entre 12 e 14 de março, do I Encontro Nordestino pelo Direito à Comunicação. O evento, com sede na Unicap, vai reunir pesquisadores, estudantes, ativistas e sindicalistas. Trata-se de um momento preparatório ao II Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação, que o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação promove, em Belo Horizonte (MG), de 10 a 12 de abril.

Os dois eventos emergem como momentos de análise e de proposição de políticas que signifiquem um contraponto às lógicas competitivas e predatórias em busca de audiência que movem as indústrias culturais. Para além de apontar cenários, os encontros poderão funcionar como espaços para a articulação da sociedade civil em torno da defesa dos temas centrais dessa agenda. Os movimentos sociais também deverão intensificar a pressão popular sobre o Governo Federal diante da urgência da inclusão do debate sobre um projeto de lei de mídia democrática entre as prioridades da gestão de Dilma Rousseff (PT) em 2015.